



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: medeiros.taila@gmail.com
contato@camara-butia.rs.gov.br www.camara-butia.rs.gov.br

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº. 3584

SÚMULA: “Dispõe sobre o desenvolvimento de política “antibullying” no âmbito das instituições de ensino e educação infantil, públicas ou privadas no município de Butiá”.

Art. 1º. Art. 1º. As Instituições de Ensino e Educação Infantis Públicas ou Privadas, com ou sem fins lucrativos, poderão incluir em seu projeto pedagógico medidas de conscientização, prevenção e combate ao bullying escolar.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se “bullying” qualquer prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, entre pares, que ocorra sem motivação evidente, praticada por um indivíduo ou grupo de indivíduos, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidar, agredir fisicamente, isolar, humilhar, ou ambos, causando dor e angústia à Vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§1º. Constituem práticas de “bullying, sempre que repetidas:

- I – ameaças e agressões físicas como bater, socar, chutar, agarrar, empurrar;
- II – submissão do outro, pela força, à condição humilhante;
- III – furto, roubo, vandalismo e destruição proposital de bens alheios;
- IV – extorsão e obtenção forçada de favores sexuais;
- V – insultos ou atribuições de apelidos vergonhosos ou humilhantes;
- VI – comentários racistas, homofóbicos ou intolerantes quanto às diferenças econômico-sociais, físicas, culturais, políticas, morais, religiosas entre outras;

Lugar de mulher é onde ela quiser.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: medeiros.taila@gmail.com
contato@camara-butia.rs.gov.br www.camara-butia.rs.gov.br

VII – exclusão ou isolamento proposital do outro, pela intriga e disseminação de boatos ou de informações que deponham contra honra e a boa imagem das pessoas;

VIII – envio de mensagens, fotos ou vídeos por meio de computadores, celulares ou assemelhados, bem como postagem em “blogs” ou “sites”, cujo conteúdo resulte em sofrimento psicológico a outrem (também conhecido como “cyberbullying”).

Art. 3º. No âmbito de cada instituição a que se refere esta Lei, a política “antibullying” terá como objetivos:

I – reduzir a prática de violência dentro e fora das instituições de que trata esta Lei e melhorar o desempenho escolar;

II – promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito aos demais;

III – disseminar conhecimento sobre o fenômeno “bullying” nos meios de comunicação e nas instituições de que trata esta Lei, entre os responsáveis legais pelas crianças e adolescentes nela matriculados.

IV – identificar concretamente, em cada instituição de que trata esta Lei, a incidência e a natureza das práticas de “bullying”;

V – desenvolver planos locais para prevenção e o combate às práticas de “bullying” e para o desenvolvimento de abordagens específicas de caráter preventivo;

VI – capacitar os docentes e as equipes pedagógicas para o diagnóstico do “bullying” e para o desenvolvimento de abordagens específicas de caráter preventivo;

VII – orientar as vítimas de “bullying” e seus familiares, oferecendo-lhes o necessário apoio técnico e psicológico, de modo a garantir a recuperação da auto-estima das vítimas e a minimização dos eventuais prejuízos em seu desenvolvimento escolar;

VIII – orientar os agressores e seus familiares, a partir de levantamentos específicos, caso a caso, sobre os valores, as condições e as experiências prévias – dentro e fora das instituições de que trata esta Lei – correlacionadas à prática do

Lugar de mulher é onde ela quiser.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: medeiros.taila@gmail.com
contato@camara-butia.rs.gov.br www.camara-butia.rs.gov.br

“bullying”, a fim de garantir o compromisso dos agressores comum convívio respeitoso e solidário com seus pares;

IX – evitar tanto quanto possível a punição dos agressores, privilegiando mecanismos alternativos como, por exemplo, os “círculos restaurativos”, a fim de promover sua efetiva responsabilização e mudança de comportamento;

X – envolver as famílias no processo de percepção, acompanhamento e formulação de soluções concretas; e

XI – incluir no regimento a política “antibullying” adequada ao âmbito de cada instituição.

Art. 4º. As instituições a que se refere esta Lei manterão histórico próprio das ocorrências de “bullying” em suas dependências, devidamente atualizado. As ocorrências deveram ser escritas em relatório e enviadas à secretaria municipal de educação periodicamente.

Art. 5º. Para fins de incentivo à política “antibullying”, o Município poderá contar com o apoio da sociedade civil e, especialistas no tema, ou entidade, realizando:

- I – seminários, palestras, debates;
- II – orientação aos pais, alunos e professores com cartilhas;
- III – usar evidências científicas disponíveis na literatura especializada e nas experiências exitosas desenvolvidas em outros países.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Butiá, 31 de março de 2017.


TAILA MEDEIROS
VEREADORA

Lugar de mulher é onde ela quiser.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BUTIÁ
Rua do Comércio, nº 580 – Fone/Fax 3652-1780
Fone 3652-5483 – E-mail: medeiros.taila@gmail.com
contato@camara-butia.rs.gov.br www.camara-butia.rs.gov.br

Justificativa:

A presente proposição pretende promover a paz e o diálogo através da proteção conscientização, e combate ao "bullying" realizados constantemente no interior das instituições de ensino, a fim de propiciar um ambiente adequado a boa formação dos cidadãos do amanhã.

Visa ainda, propiciar por intermédio do conhecimento e diálogos, ferramentas de auto proteção às vítimas do "bullying", bem como, promover a conscientização dos malefícios da violência em relação aos outros na construção de uma sociedade democrática de direto, onde é fundamental o respeito às diferenças, a proteção a formação da personalidade e preservação da integridade física e moral em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e a Lei Orgânica do Município de Butiá.

Conforme podemos observar atualmente, este é um problema que precisa de atenção das autoridades e da sociedade como um todo, pois têm extrapolado a medida do razoável com professores e alunos sofrendo agressões diariamente em sala de aula, inclusive fisicamente, muitas vezes ocasionando o óbito e quando não, sérios transtornos de ordem emocional que são levados para a vida toda.

É premente a proteção do nosso patrimônio mais importante: O Ser Humano, tendo em vista que a sociedade é a razão de ser do Estado e de suas Instituições.

Butiá, 31 de março de 2017.


TAILA MEDEIROS
VEREADORA

Lugar de mulher é onde ela quiser.